

APERC É CASO ÚNICO EM PORTUGAL EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

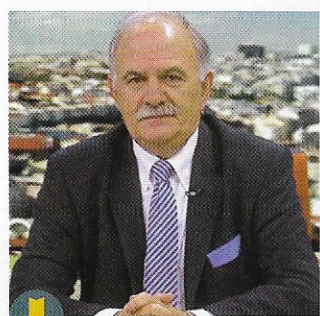
Em 2004, foi fundada a Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Crédito, uma associação patronal sem fins lucrativos que agrupa as empresas da actividade de gestão e recuperação de créditos, a única do setor.

O Diretor-Executivo da APERC, António Gaspar, fala sobre aquilo que neste momento é preciso mudar no setor, que preocupações e desafios surgem com novo Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Hoje, com 23 Associados, mas com uma contínua perspetiva de crescimento, continua a querer albergar todas as empresas que tenham como o principal objecto as boas práticas. Esta é uma questão de extrema importância para pertencer à Associação que tem o seu próprio código deontológico.

"Respeitar o código deontológico é imperativo". Além desta obediência Associativa, os nossos Associados têm também o seu próprio código de conduta, a maior parte das vezes, estribado no cumprimento de normas ISO. É fundamental que as empresas que fazem recuperação extrajudicial de crédito e que se queiram associar, tenham o respeito total pelo nosso código deontológico", afirma António Gaspar.

Dos clientes dos Associados da APERC fazem parte os principais bancos portugueses e estrangeiros, sociedades financeiras, leasing's, ifics, companhias de seguros, empresas de telecomunicações, grande retalho, entre outros. Os Associados APERC, têm mais de 1.100 colaboradores e gerem montantes superiores a 7.500 milhões de Euros.



PERFIL

ANTÓNIO GASPAR

DIRECTOR EXECUTIVO

DA APERC DESDE 2008 PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

PASSOU 30 ANOS NA BANCA – CRÉDIT LYONNAIS E BANCO SANTANDER, 20 DOS QUAIS SEMPRE AO NÍVEL DA ALTA DIRECÇÃO É "OPINION MAKER" NOS "MÉDIA" PORTUGUESES, SOBRE TEMAS DA ECONOMIA, GESTÃO DA BANCA, FINANÇAS, MERCADOS FINANCEIROS E RISK MANAGEMENT

O CRÉDITO É BOM MAS É PRECISO SABER FAZER CONTAS

"O crédito é algo bom, pois ele garante o acesso a bens e serviços, que de outro modo não teríamos. Sem crédito, grande parte dos portugueses não teria uma casa ou um carro, por exemplo. A grande problemática relacionada com o crédito é a capacidade das pessoas pagarem as suas dívidas. Há portugueses que não sabem fazer contas".

É como se muitos portugueses andassem constantemente no "fio da navalha", por isso o rácio do endividamento sobre o rendimento disponível não deve, por isso, ser acima dos 40/45% da taxa de esforço por uma questão de segurança.

"Todos temos uma capacidade de endividamento mas é preciso perceber o que é um endividamento sustentável. É preciso saber fazer contas. Os portugueses são grandes consumidores de crédito e o incumprimento dá-se frequentemente por três motivos: doença, divórcio ou desemprego. Mas muito e, cada vez mais, por não se saber fazer contas atempadamente", explica o nosso interlocutor.

UMA MENTALIDADE A REPENSAR

"É urgente mudar as mentalidades dos parceiros que trabalham com o sector da recuperação extrajudicial e amigável de crédito.

Em Portugal não existe a ideia, de que este sector é um verdadeiro parceiro daqueles que concedem crédito aos particulares e à economia.

Gostava de ver em Portugal o modelo brasileiro replicado – uma verdadeira parceria (ao mesmo nível), por parte de quem concede crédito e regista incumprimentos contratuais e aqueles que os ajudam a recuperar esses montantes vencidos, compondo as suas contas de demonstração de resultados, os seus balanços, as suas disponibilidades quase imediatas para os seus processos produtivos e a não necessidade de fazer "write-offs", tão penosos e onerosos que são para quem os tiver que fazer", refere António Gaspar. ■

UM DESAFIO CHAMADO GDPR

"Os desafios que aqui se colocam são no âmbito do novo Regulamento de Protecção de Dados, sem dúvida. Em Portugal as empresas ainda não estão preparadas para a implementação do novo Regulamento Geral de Protecção de Dados, porque ele ainda não foi transposto para a lei portuguesa, ou seja, o Estado ainda não disse em que moldes ele se vai adaptar à lei existente. Em termos de coimas não se sabe em que circunstâncias e que valores serão aplicados... muito pouco se sabe. Como é que poderão as empresas ter tudo em ordem até maio do próximo ano? Há mais de vinte anos que não se fazia nada na União Europeia sobre protecção de dados e agora faz-se algo que vai estrangular as empresas?", indaga o nosso entrevistado.

“O crédito é algo bom, pois ele garante o acesso a bens e serviços, que de outro modo não teríamos. Sem crédito, grande parte dos portugueses não teria uma casa ou um carro, por exemplo”

